

ANEXO 4 – PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

Estudo de Impacte Ambiental das Centrais Fotovoltaicas de Montechoro I e Montechoro II (Albufeira)

Autor YME Gestão Ambiente e Engenharia Lda

Relatório do Factor Património Cultural

Responsável Ana Resende
Modelo de relatório João Caninas
Pesquisa documental Ana Resende
Trabalho de campo Ana Resende e Emanuel Carvalho
Relatório Ana Resende
Cartografia Mário Monteiro
Revisão João Caninas

Índice

Projecto

Introdução	
Enquadramento geográfico	
Resultados da pesquisa documental	Situação de Referência
Resultados do trabalho de campo	
Lacunas de conhecimento	

Introdução	
Impactes na fase de construção	
Impactes na fase de exploração	Avaliação de Impactes
Impactes na fase de desactivação	

Introdução	
Medidas gerais	
Medidas específicas para antes da construção	
Medidas específicas para a fase de construção	
Medidas específicas para a fase de exploração	
Medidas específicas para a fase de desactivação	Medidas de Minimização

Bibliografia	
Cartografia	
Planos	
Entidades	
Relatórios	
Sítios da internet	Fontes de Informação

Anexo 1. Metodologias	
Anexo 2. Ocorrências identificadas na pesquisa documental	
Anexo 3. Ocorrências caracterizadas em trabalho de campo	
Anexo 4. Zonamento da prospecção arqueológica	
Anexo 5. Cartografia	Anexos

PROJECTO

Os Projectos das Centrais Fotovoltaicas (CF) de Montechoro I e II situam-se na parte norte do município de Albufeira, na freguesia de Paderne.

A CF de Montechoro I deverá ocupar uma parcela de terreno com uma dimensão de 14,3 hectares (área de incidência directa), de configuração triangular, adjacente ao lado norte da auto-estrada A22, a sudeste de Cerro do Ouro. Como parte integrante do Projeto terá linha eléctrica aérea (LTE), com 4,497 km, que fará a entrega da energia a sul na subestação da EDP de Montechoro.

A CF de Montechoro II deverá ocupar uma parcela de terreno com uma dimensão de 31,8 hectares (área de incidência), de configuração subtriangular, situada na Quinta do Escarpão, a sul da auto-estrada A22. A área de incidência directa, destinada às infraestruturas da CF, ocupará 27,3 hectares. Terá linha eléctrica aérea (LTE), com 4,115 km, que fará a entrega da energia a sul na subestação da EDP de Montechoro, com um desenvolvimento em grande parte adjacente ao traçado da LTE da CF de Montechoro I.

SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Introdução

As CF de Montechoro I e II são avaliadas em Projecto de Execução tal como a respectiva LTE, num corredor de 100 m de largura.

A informação fornecida pelo cliente contempla a localização dos Projectos (CF e LTE) em extracto da CMP na escala 1:25.000 (**Figura 1**) e em fotografia aérea.

Enquadramento geográfico

A Quinta do Escarpão ocupa um planalto calcário cársico com cerca de 10 km², situado cerca de 6 km a nordeste da vila de Albufeira, com cotas a variar entre 97 m e 107 m. O terreno próximo encontra-se afectado pelo resultado da actividade industrial extractiva, nomeadamente com a abertura de crateras de extracção, valas de sondagem, bacias para deposição de lamas, escombriças, outros. Além do escasso povoamento arbóreo, conserva coberturas arbustiva e herbácea densas.

Os terrenos envolventes não revelam grande aptidão agrícola, para além da existência de pequenas parcelas e terrenos com oliveira, nem todos devidamente cuidados. Sem grandes elementos físicos de relevo (orográficos, hidrográficos ou outros), os solos são pobres, incultos e na sua maioria dificilmente agricultáveis, predominando os afloramentos rochosos de calcário e os solos com uma capacidade de uso com limitações acentuadas. A actividade principal, de maior expressão e impacte na paisagem, é, sem dúvida, a de extracção de pedra. Relativamente às reservas geológicas presentes na área, destacam-se os calcários, os quais têm sido alvo de exploração desde a década de 50. No que se refere aos recursos hídricos, evidencia-se a sobreposição da AI ao maior e mais produtivo aquífero do Algarve.

A morfologia natural encontra-se nivelada artificialmente por sucessivos depósitos. Segundo informações cedidas por Luís Campos, para além da dinâmica de concentração de excedentes da indústria extractora, pode tratar-se do resultado da progressiva acumulação de sedimentos oriundos dos mecanismos de construção da rede viária e da marina de Albufeira. Regista-se, ainda, a proliferação de zonas de aproveitamento industrial, utilizadas como acumulação de excedentes minerais (blocos de calcário rejeitados e entulheiras de sedimentos), dispensados durante a produção. Situam-se, de forma natural, na proximidade das zonas fabris, situação vantajosa para a optimização de escoamento, em terrenos artificialmente terraplanados.

De acordo com a cartografia geológica a AE encontra-se totalmente inserida numa única formação (J4-5) cuja idade, jurássica, corresponde aos andares *Kimeridgiano* e *Portlandiano*. Esta formação é constituída por calcários com *Alveosepta jaccardi* de Escarpão, calcários com *Vaginella striata* e *Clypeina jurassica* de Escarpão, calcários de transição do Escarpão e calcários com *Anchispirocyclina lusitanica* de Fontainhas (CGP, Folha 52-B). Em suma, a superfície do terreno é dominada por rochas do período Jurássico,

constituídas por calcários e margas. Estas rochas são sobretudo utilizadas para a produção de inertes. Nas áreas intactas é possível obter um vislumbre do *carst*: nas formas boleadas da rocha, as fraturas preenchidas por “*terra rosa*” definem um *carst* muito evoluído. Maioritariamente, encontram-se cobertas por vegetação densa.

Enquadramento histórico e arqueológico

Não se sabe ao certo quais as origens históricas da cidade de Albufeira, mas os vestígios da presença humana na região remontam ao Paleolítico Inferior. Foram identificados escassos artefactos, talhados sobre seixos de quartzito em antigas praias elevadas, sobranceiras à actual linha de costa (GOMES, PAULO & FERREIRA, 2003, p. 15). As jazidas quaternárias a nascente da cidade prolongam-se até às Várzeas de Quarteira. Foram identificados em Terraços da Oura um conjunto de artefactos de pedra lascada, incluindo raspadores, núcleos e lascas.

Os trabalhos de investigação realizados na década de 1940 por Abel Viana e George Zbyszewski permitiram identificar a estação de ar livre de Vale Faro (NOBRE, 1995, p. 15).

No âmbito da realização do levantamento arqueológico do concelho foram analisados terraços litorais e cascalheiras, que correspondem a restos de praias plistocénicas situadas em zonas interiores mas próximas da costa, com cerca de 40/60 metros de altura, contendo seixos de quartzo e quartzito. Nestes locais foram registadas indústrias datadas entre o Paleolítico Inferior e o Epipaleolítico e Mesolítico (GOMES, PAULO, FERREIRA, 2003, p. 15).

Da Pré-história antiga destacam-se ainda os assentamentos epipaleolíticos de Brejos e da Guia, implantados sobre planaltos com encostas suaves, com solos de forte componente arenosa.

As numerosas grutas e abrigos naturais documentados podem ter constituído em épocas mais remotas, espaços privilegiados de estabelecimento humano.

As ocupações humanas manifestam-se de forma dispersa pelo território, indiciando estadas sazonais de comunidades de caçadores-recolectores às quais sucederam as primeiras comunidades agro-pastoris.

Os primeiros indícios de actividades produtivas podem ser identificados através dos fragmentos de cerâmica ou dos primeiros utensílios de moagem (como o conjunto de movente e dormente manuais, provenientes de Pademe).

Na zona de planalto arenoso de São Rafael foram registados vestígios de uma ocupação do Neolítico Antigo, com fragmentos de cerâmica e macro-utensilagem de quartzito (GOMES, PAULO & FERREIRA, 2003, p. 17).

Os monumentos megalíticos são indicadores da alteração na representação ideológica e simbólica, trazidos pelas populações camponesas e em São Rafael foram identificados dois menires. Foi descoberto um fragmento de outro menir nas imediações do hotel Alfa-Mar (GOMES, PAULO & FERREIRA, 2003, p. 17).

Esta concentração de vestígios na área de S. Rafael pode indiciar a dependência em relação à caça/recoleção de recursos naturais concentrados nas áreas estuarinas e lagunares, apesar do crescente desenvolvimento da estrutura económica de base agro-pastoril (GOMES, PAULO & FERREIRA, 2003, p. 17).

Estácio da Veiga referiu igualmente o micro-topónimo “Antas” nas imediações da cidade de Albufeira. Não foi reconhecida contudo a existência de qualquer estrutura megalítica (GOMES, PAULO & FERREIRA, 2003, p. 17).

Do período Calcolítico reconheceram-se escassos vestígios e sempre descontextualizados. Contudo, nas imediações da povoação de Pêra, refira-se a identificação de um hipogeu, contendo entre o espólio descoberto, ídolos cilíndricos de calcário (GOMES, PAULO & FERREIRA, 2003, p. 17-18).

Das imediações de Paderne é proveniente um machado plano de cobre/bronze e uma ponta do tipo Palmela.

Os vestígios proto-históricos são igualmente diminutos. Todavia, a ocupação deste período foi atestada através de alguns achados dispersos e sobretudo, pelas necrópoles da Idade do Bronze de Alcaria (na área de Paderne) e Vale Carro (cerca de 6km a nordeste de Albufeira). As sepulturas de forma cistóide continham um espólio composto por cerâmicas e objectos em bronze.

Albufeira sempre se encontrou associada às actividades piscatórias e comerciais, sendo frequentada por Fenícios, Gregos, Cartagineses e posteriormente Romanos.

Foi aliás a estes últimos que deveu a atribuição do nome de Baltum, altura em que se desenvolveu no local uma intensa actividade agrícola e comercial, associada ao comércio do garum (preparado à base de peixe e especiarias), e se efectuaram diversas obras públicas das quais ainda hoje se reconhecem os vestígios (pontes, aquedutos e estradas).

Nos arredores da cidade de Albufeira encontram-se diversos núcleos arqueológicos como Sesmarias (onde foi descoberto um tesouro monetário MARQUES, 1992, p. 177), Serros Altos (onde foram identificados vestígios de uma forja ou fundição e diversas epígrafes NOBRE, 1995, p. 16), arredores de Paderne (proveniência de numismas e cerâmica GOMES, PAULO & FERREIRA, 2003, p. 19) Santa Eulália (daqui provêm elementos arquitectónicos e cerâmicas) e Retorta (onde terá existido um importante núcleo populacional).

O topónimo Albufeira propriamente dito teve a sua origem na época medieval, associando-se ao domínio árabe na região, altura em que se atribuiu ao local a denominação “Al-buhera” que significa “castelo do mar ou do oceano”, nome que poderá encontrar a sua origem na fortificação existente no alto do rochedo e que dominava a lagoa na parte baixa da vila.

Também deste período destaca-se o castelo de Paderne que assume nesta época um importante papel a nível regional e daqui provêm muitos dos vestígios materiais deste período. Situa-se cerca de 9km a Noroeste de Albufeira, na margem esquerda da Ribeira de Quarteira.

A sua edificação remonta ao período Almóada (segunda metade do século XII d.C.), a última fase de ocupação islâmica. Este é dos exemplares mais representativos da arquitectura militar em taipa do território português. A estrutura terá funcionado como castelum ou hisn, residência oficial de um senhor ou alcaide.

Aos árabes é igualmente atribuído para além da introdução de novas culturas e técnicas agrícolas que em muito contribuíram para o desenvolvimento da região, a construção de várias fortificações defensivas, tornando a cidade de Albufeira praticamente inexpugnável.

Provavelmente nesta realidade reside o facto de Albufeira ter sido uma das praças-fortes que mais tempo se conservou sob o seu domínio – até ao século XIII – data da tomada de Faro, altura em que os Cavaleiros da Ordem de Santiago invadiram o local, sendo este doado por D. Afonso III à Ordem de Avis.

A ausência de registos de ocorrências arqueológicas na AE pode traduzir uma situação real mas também se pode dever, como referido, a insuficiência ou assimetria espacial de investigação. Pode aferir-se esta situação comparando a quantidade e a densidade de registos arqueológicos do inventário público (DGPC), disponível nos municípios circundantes, Portimão, Monchique, Loulé e Silves (Quadro 1).

Quadro 1

Município	Área (km ²)	Quantidade de sítios arqueológicos inventariados (DGPC)	Densidade de sítios por 10 km ²
Silves	680	308	5
Portimão	182	293	16
Monchique	395	40	1
Loulé	763	169	2
Albufeira	140	125	9

Resultados da pesquisa documental

A partir da pesquisa documental formou-se uma situação de referência deste factor com catorze ocorrências referenciadas com as letras A a O, na **Figura 1**, no **Quadro 2** e no **Anexo 2**. Onze são de cariz arqueológico, com estatuto de protecção pelo inventário, e quatro delas também cumulativamente com valor arquitectónico, duas torres de vigia e um castelo (oc. D, E, F e N). Uma destas ocorrências tem valor cultural superior sendo dotada de zona especial de protecção (oc. E).

As ocorrências situam-se maioritariamente na ZE do Projecto com excepção da oc. A, situada na AI da CF de Montechoro II, e das oc. I e J que estão na AI (corredor de 100m de largura) da LTE de ambos os projectos.

A análise toponímica não revelou indícios de interesse arqueológico no interior da AE. Na envolvente próxima, *Cerro do Ouro* pode ser indicativo de actividade de mineração, embora não se apontem provas físicas ou documentais que sustentem tal hipótese. O topónimo Torre da Mosqueira, aplicada a uma povoação na CMP, tem representação arqueológica na oc. E, uma torre de vigia medieval que terá dado o nome ao sítio. Existem outros topónimos de potencial interesse, também situados para além da ZE deste estudo, como Cotovio, Malhão e Cerro da Moita.

Quadro 2. Inventário sumário das ocorrências identificadas na AE das CF Montechoro I e II

Nota: as oc. 1A, 2A, 6 e 7 estão apenas na AI de Montechoro II

Referência		Tipologia Topónimo ou Designação	Inserção no Projecto (AI, ZE) Categoria (CL, AA, AE) Valor cultural e Classificação						Cronologia				
			AI			ZE			PA	PR	F	ER	MC
TC	PD	CL	AA	AE	CL	AA	AE						
1	A	Depósito Quinta do Escarpão			1								C
2	A	Casa e torre Quinta do Escarpão			1								C
	B	Muro Quinta do Escarpão					1						C
	C	Gruta Algueirão do Escarpão				Inv	In			N			
	D	Atalaia Cerro do Ouro				Inv		1					M
	E	Castelo Castelo de Paderne				ZP		5					MO
	F	Ponte Paderne				Inv		3					M
	G	Necrópole Ponte de Paderne				Inv	In					ER	M
	H	Moinho de vento Centieira							Nd				OC
3	I	Vestígios de superfície Vila Verde	Inv	In								ER	M
4	J	Habitat Ceros Altos	Inv	In								ER	
	L	Vestígios diversos Ceros Alto				Inv	In					ER	
	M	Vestígios superfície Brejos				Inv		4		PA			
	N	Torre Mosqueira				Inv		3					M
	O	Habitat Cortesões				Inv	In						O
5		Pedreira Quinta do Escarpão						1	1				C
6		Estruturas Quinta do Escarpão						1					C
7		Tapada Quinta do Escarpão						1					C
8		Silo Vale de Serves							1				C
9		Casal rural Vale de Serves						1	1				C
10		Casal rural Torre da Mosqueira							1				C
11		Poço Torre da Mosqueira						1					C
12		Casal rural Torre da Mosqueira							1				C

LEGENDA Referência. Os números da primeira coluna identificam as ocorrências caracterizadas durante o trabalho de campo (TC) e as letras da segunda coluna as que foram identificadas na pesquisa documental (PD). Faz-se, desta forma, a correspondência entre as duas fontes de caracterização do Património. As ocorrências estão identificadas na cartografia com estas referências. **Tipologia, Topónimo ou Designação.** **Inserção no Projecto.** AI = Área de incidência do Projecto; ZE = Zona de Enquadramento do Projecto. **Categoria.** CL = Património classificado, em vias de classificação ou com outro estatuto de protecção (Mn=monumento nacional; Mp=monumento de interesse público; Mm=monumento de interesse municipal; ZP=zona especial de protecção; VC=em vias de classificação; PL=planos de ordenamento; In=inventário); AA = Património arqueológico; AE = Arqueotónico, artístico, etnológico, construído. **Valor cultural e critérios.** Elevado (5): Imóvel classificado (monumento nacional, imóvel de interesse público) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. Médio-elevado (4): Imóvel classificado (valor concelhio) ou ocorrência (arqueológica, arquitectónica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. Médio (3), Médio-baixo (2), Baixo (1): Aplica-se a ocorrências (de natureza arqueológica ou arquitectónica) em função do seu estado de conservação, antiguidade e valor científico, e a construções em função do seu arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local. Nulo (0): Atribuído a construção actual ou a ocorrência de interesse patrimonial totalmente destruída. Ind=Indeterminado (In), quando a informação disponível não permite tal determinação, ou não

determinado (Nd), quando não se obteve informação actualizada ou não se visitou o local. **Cronologia.** PA=Pré-História Antiga (i=Paleolítico Inferior; m=Paleolítico Médio; s=Paleolítico Superior); PR=Pré-História Recente (N=Neolítico; C=Calcolítico; B=Idade do Bronze); F=Idade do Ferro; ER=Época Romana; MC=Idades Média, Moderna e Contemporânea (M=Idade Média; O=Idade Moderna; C=Idade Contemporânea); **Ind=Indeterminado (In)**, quando a informação disponível não permite tal determinação, ou *não determinado (Nd)*, quando não se obteve informação actualizada ou não se visitou o local. Sempre que possível indica-se dentro da célula uma cronologia mais específica. **Incidência espacial.** Reflecte-se neste indicador a dimensão relativa da ocorrência, à escala considerada, e a sua relevância em termos de afectação, através das seguintes quatro categorias (assinaladas com diferentes cores nas células): achados isolados ou dispersos; ocorrências localizadas ou de reduzida incidência espacial, inferior a 200m²; manchas de dispersão de materiais arqueológicos, elementos construídos e conjuntos com área superior a 200m² e estruturas lineares com comprimento superior a 100m; áreas de potencial interesse arqueológico; ocorrência de dimensão indeterminada.

<p>Incidência espacial Achados isolados ou dispersos Ocorrência de pequena dimensão</p>		<p>Áreas de potencial valor arqueológico Ocorrência de dimensão significativa Dimensão não determinada</p>	
--	---	--	---

Resultados do trabalho de campo

As AI do Projecto das CF de Montechoro I e Montechoro II foram prospectadas de forma sistemática em grande parte da sua incidência, exceptuando obstáculos de observação e progressão pedestre, conforme o zonamento documentado na **Figura 2** e no **Anexo 4**. A eficácia da prospecção foi menor na zona B, correspondente a área com uma ocupação arbórea e arbustiva densa.

Foi também prospectado todo o corredor da LTE, com especial incidência na zona dos apoios no solo, sendo, salvo raras excepções, fácil a progressão no terreno.

No decurso desta prospecção foram documentadas doze ocorrências, referenciadas com os números 1 a 12, sendo quatro correspondentes a reconhecimentos de pré-existências documentadas em diferentes fontes de informação (oc. 1A, 2A, 3I e 4J). Quanto à tipologia, a maioria das ocorrências corresponde a construções contemporâneas de baixo valor cultural. No caso das duas ocorrências arqueológicas (oc. 3I e 4J), referenciadas nos corredores das LTE, não foi possível documentar a sua existência nas posições georeferenciadas na fonte de informação utilizada.

Destas ocorrências apenas as oc. 1A, 2A, 6 e 7 se situam na AI da CF de Montechoro II não tendo sido identificadas ocorrências de interesse cultural na AI da CF de Montechoro I. As oc. 3I, 4J, 9 e 11 estão nos corredores de 100m de largura das LTE das duas CF.

No interior das AI das CF não se identificaram outras marcas de humanização moderna, como palheiros, muros de socalco, ou construções mais discretas como morouços, indicativos de prática agrícola, ou malhões encurvados, indicativos de pastoreio. Contudo os corredores das LTE sobrepõem algumas construções rurais como muros de divisão de propriedade.

Lacunas de conhecimento

A principal lacuna de conhecimento pode reportar-se à menor eficácia da prospecção, mediante observação do solo, nas áreas de cobertura vegetal mais densa.

AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Introdução

Na Situação de Referência foram identificadas diversas construções rurais na AI da CF de Montechoro II (oc. 1A, 2A, 6 e 7) e duas ocorrências arqueológicas (oc. 3I e 4J) e duas outras construções (oc. 9 e 11) nos corredores das LTE das CF de Montechoro I e Montechoro II. Contudo, as oc. 1A, 2A e 7 estão excluídas da incidência directa do projecto pelo que se consideram abrangidas pela AI indirecta.

As oc. 3I e 4J, que estão referenciadas nas proximidades da LTE, não foram identificadas em campo, pelo que são indeterminadas as suas distâncias aos Projectos, embora permaneçam prudentemente referenciadas às AI das LTE.

As ocorrências de maior valor cultural, de natureza arqueológica, situam-se na ZE do Projecto e a oc. E, o Castelo de Paderne, imóvel classificado com zona especial de protecção, está a mais de 1 km de distância para nordeste da periferia da CF.

Quadro 3. Distâncias das ocorrências às partes dos Projectos de Montechoro I e Montechoro II

Refª	Tipologia	Posição em relação ao projecto		Parte de projecto mais próxima		Distâncias (m)	
		Montechoro II	Montechoro I	Montechoro II	Montechoro I	Montechoro II	Montechoro I
1A	Depósito	AI indirecta da CF	Zona envolvente (ZE) da CF	Painéis solares		Adjacente	Mais de 100m
2A	Casa e torre						
3I	Vestígios superfície	Corredor da LTE		Apoio 18	Apoio 22	Indeterminada	
4J	Habitat			Apoio 28	Apoio 27		
5	Pedreira	ZE da CF	ZE da CF	Vedação da CF	Painéis solares	Adjacente	Mais de 100m
6	Estruturas	AI directa da CF		Painéis solares		0m	
7	Tapada	AI indirecta da CF		Adjacente			
8	Silo	ZE da LTE		Apoio 6	Apoio 9	79m	85m
9	Casal rural	Corredor da LTE	ZE da LTE	Apoio 7	Apoio 10	29m	56m
10	Casal rural	ZE da LTE				102m	124m
11	Poço	Corredor da LTE		Apoio 16	Apoio 20	20m	0m
12	Casal rural	ZE da LTE				82m	74m
B a H e L a O	Diversas	ZE da CF e da LTE		CF e LTE		Mais de 100m	

Consideram-se passíveis de gerar impacto negativo (directo ou indirecto), sobre as ocorrências de interesse cultural, as acções de preparação do terreno e de construção do projecto, como desmatações, mobilizações de solo, escavações de valas e fundações e circulação de máquinas.

A caracterização de impactes teve em conta (1) a natureza física das ocorrências de interesse cultural (nomeadamente, estruturas destacadas acima do solo e vestígios ao nível do solo), (2) o grau de incidência ou proximidade da acção impactante sobre a ocorrência de interesse cultural e (3) o valor cultural intrínseco da ocorrência sujeita a impacte negativo.

As distâncias entre as ocorrências e as diferentes partes do Projecto, documentadas no **Quadro 3**, serviram de apoio à previsão de impactes negativos.

Impactes na fase de construção

Na CF de Montechoro I não foram identificadas ocorrências e desse modo não se reportam impactes negativos decorrentes da execução do Projecto.

No que concerne à CF de Montechoro II identificam-se duas situações diferenciadas em termos de impactes negativos sobre as ocorrências identificadas na AI ou na ZE adjacente. As oc. 1A, 2A e 7 estão fora da incidência directa mas em posição adjacente às infraestruturas do Projecto. Nestas condições e na ausência de medidas, é prudente admitir que, no decurso do funcionamento da obra, possam ocorrer impactes indirectos, negativos, prováveis, de magnitude indeterminada mas pouco significativas. A oc. 6 situa-se em área destinada a painéis sujeita a um impacte directo, negativo, certo, de magnitude elevada mas pouco significativa, atendendo ao seu baixo valor cultural.

Conforme indicado no Quadro 3, a oc. 9 situa-se a 29 m de distância do apoio 7 da LTE da CF de Montechoro II e a oc. 11 situa-se a 20m do apoio16 da LTE da CF de Montechoro II. Deste modo, na ausência de medidas minimizadoras, no decurso do funcionamento da obra, podem ocorrer impactes indirectos, negativos, prováveis, de magnitude indeterminada mas pouco significativos. Por outro lado a oc. 11 situa-se a 0m de distância do apoio 20 da LTE da CF de Montechoro I configurando um impacte directo, negativo, certo, de magnitude elevada mas pouco significativo.

No caso das oc. 3I e 4J os impactes negativos são nulos nas posições correspondentes aos apoios mais próximos ou indeterminadas, em relação ao funcionamento geral da respectiva empreitada, uma vez que não se reconheceu a sua existência nas posições indicadas pela fonte de informação pública.

Não se identificaram impactes negativos nas ocorrências situadas na ZE (oc. 5, 8, 10, 12, B a H e L a O).

Os impactes em eventuais ocorrências arqueológicas incógnitas, não detectadas nesta fase de avaliação, devem qualificar-se como indeterminados.

Impactes na fase de exploração

Os impactes negativos que possam resultar das acções de remodelação ou reparação das infraestruturas do projecto, com recurso a escavação no solo/subsolo, deverão ser avaliados a partir dos resultados obtidos com a execução de medidas de minimização propostas para a fase construção.

A intrusão do Projecto na envolvente espacial de ocorrências de maior valor cultural, e em especial da Oc. E (Castelo de Paderne), pode configurar um impacte indirecto, negativo, certo, de magnitude e significância baixas, atendendo à morfologia do Projecto, com reduzido desenvolvimento vertical, e à distância que o separa daquela ocorrência.

Impactes na fase de desactivação

Não se dispõe de informação que permita caracterizar os impactes negativos que possam resultar da desativação do Projeto. Os (eventuais) impactes negativos devem ser avaliados a partir dos resultados obtidos nas fases antecedentes, de construção e de exploração.

Quadro 4. Avaliação de impactes do fator Património Cultural

Ocorrências	Inserção no projecto		Caracterização dos impactes																							
	AI	ZE	Fase	In		Ti		Ma			Sg			Du		Pr			Re		INI					
				D	I	-	+	E	M	B	M	S	P	T	P	PP	P	C	R	I	I	N	I			
1A, 2A e 7	AI (CFM2)		C	I	-		Indeterm.					P		P		P			I							
			E																						I	
			D																							I
6	AI (CFM2)		C	D	-		E					P		P		C			I					N		
			E																							N
			D																							N
9 e 11	AI (CFM2)		C	I	-		Indeterm.					P		P		P			I					N		
			E																							N
			D																							N
11	AI (CFM1)		C	D	-		E					P		P		C			I					N		
			E																							N
			D																							N
3I e 4J	AI (LTE)		C																					I		
			E																						N	
			D																						N	
5, 8, 10, 12, B a D, F a H e L a O	ZE		C																					N		
			E																						N	
			D																						N	
E (castelo de Paderne)	ZE		C	I	-		B				P	T				C	R							N		
			E																						N	
			D																						N	

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Introdução

Na Avaliação de Impactes foram discutidas as consequências da construção, da exploração e da desactivação do projecto sobre as ocorrências de interesse cultural identificadas na AE. Esta apreciação fundamenta as medidas de minimização a seguir propostas.

Em **Medidas Gerais** destacam-se as medidas de minimização que se consideram mais relevantes para o factor em apreço.

Medidas gerais

Medida 1 (planta de condicionantes / fase de construção e exploração). Inclusão das ocorrências em Planta Síntese de Condicionantes a incluir no Caderno de Encargos da Obra, com efeito de protecção das mesmas no decurso da execução da empreitada.

Medida 2 (registo documental / antes ou durante a construção). Representação topográfica, gráfica, fotográfica, incluindo fotogrametria de aparelhos construtivos, e elaboração de memória descritiva (para memória futura) das ocorrências de interesse cultural que possam ser destruídas em consequência da execução do projecto ou sofrer danos decorrentes da proximidade em relação à frente de obra.

Medida 3 (acompanhamento arqueológico da obra / fases de construção e de desactivação). Acompanhamento integral e contínuo da obra, por arqueólogo, com efeito preventivo em relação à afectação de vestígios arqueológicos incógnitos. Este acompanhamento consiste na observação das operações de remoção e revolvimento de solo (desmatação e decapagens superficiais em acções de preparação ou regularização do terreno) e de escavação no solo e subsolo. Inclui a observação dos desmontes de estruturas e o acompanhamento da execução de balizamentos de ocorrências, situadas a menos de 50 m de distância da frente de obra. Os achados móveis colhidos no decurso da obra deverão ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do património cultural.

Medida 4 (sondagem ou escavação arqueológica / fase de construção ou antes da construção). Execução de sondagens arqueológicas de caracterização de ocorrências com risco de afectação pela obra ou que sejam postas a descoberto no decorrer da mesma. Os resultados obtidos podem determinar a execução de escavações em área.

Medida 5 (notificação à DGPC / fase de exploração e desactivação). Comunicação pelo promotor do Projecto, à Direcção Regional de Cultura do eventual aparecimento de vestígios arqueológicos, devendo fazê-lo de imediato, no sentido de serem accionados os mecanismos de avaliação do seu interesse cultural e respectiva salvaguarda.

Medidas específicas para antes da construção

Execução da **Medida 1** (planta de condicionantes) com inclusão das ocorrências sem afectação prevista mas que se situam nas proximidades ou adjacência dos Projectos, nomeadamente as oc. 1A, 2A, 7, 9 e 11. No caso da oc. 11 (poço) deve ser ajustada a posição das fundações do apoio 20 da LTE da CF de Montechoro I, de modo a evitar a afectação daquela construção rural e a garantir a sua integridade.

Aplicação da **Medida 2** (registo documental) às estruturas rurais com demolição prevista, caso da oc. 6, ou que estão adjacentes ao Projecto da CF de Montechoro II, caso das oc. 1A, 2A e 7.

Medidas específicas para a fase de construção

Nesta fase deve aplicar-se a **Medida 3** (acompanhamento arqueológico). As ocorrências situadas a menos de 50 m de distância das componentes dos Projectos devem ser balizadas de modo a evitar a sua afectação. Se no decurso da obra surgirem novas realidades de interesse arqueológico, a sua ocorrência deverá ser comunicada à tutela e avaliadas as medidas a adoptar para a sua salvaguarda *in situ* ou pelo registo (**Medidas 2 e 4**).

A **medida 3** inclui a re prospecção dos locais de incidência do Projecto após desmatação, sobretudo nas áreas que ofereciam visibilidade mais reduzida na fase de avaliação ambiental.

O acompanhamento arqueológico (**Medida 3**) deverá ser executado com redobrada atenção nas proximidades das oc. 3I e 4J.

Medidas específicas para a fase de exploração

Nesta fase deve aplicar-se a **Medida 5** (notificação à DGPC). A adopção de outras medidas específicas dependerá dos resultados arqueológicos, eventualmente, obtidos na fase de construção.

Medidas específicas para a fase de desactivação

Nesta fase é aconselhável aplicar a **Medida 3** (acompanhamento arqueológico) e a **Medida 5** (notificação à DGPC). Os resultados das fases precedentes devem fundamentar a adopção de outras medidas específicas.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Bibliografia

- A. A. V. V. (2001) Por Tierras de la Mora Encantada. El Arte Islâmico em Portugal.
- ALARCÃO, Jorge de (1988) Roman Portugal. Vol. II, fasc. 2 (Lisboa e Coimbra), Aris & Phillips LTD, Warminster, England.
- ALEGRIA, J.A. (1986) Arquitectura tradicional: Marrocos e Algarve. In Anais do Município de Faro. Faro. 16, p. 241268.
- ALMEIDA, Carlos; CRISPIM, José A. (1987) Traçagens com Uranina no Algarão do Escarpão (Albufeira, Algarve) in ALGAR – Boletim da Sociedade Portuguesa de Espeleologia, pp. 9-16.
- ALMEIDA, João de (1947) Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro. In Ao Serviço do Império. Lisboa: Edição de Autor, (Ao Serviço do Império, 10), Vol. 3, p. 573.
- AMADO, A. (1995) Cronologia do Concelho de Albufeira. Câmara Municipal de Albufeira, Albufeira.
- AMADO, A. (1997) A Carta de Doação de Albufeira à Ordem de Avis, 1250.
- ARAÚJO, Ana Cristina Reis da Silva, FARIA, António José Marques de, MOINHOS, Maria José Nunes Espinheira, ANTUNES, Maria de Fátima, NUNO, Carlos Simões, LOURENÇO, Fernando Severino e PEREIRA, João Paulo de Melo Esteves (1992) Carta Arqueológica de Portugal: concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, vol. 1, p. 304.
- ATAÍDE, M. G. (1981) O Castelo de Paderne. In A Avezinha.
- BARBOSA, Inácio de Vilhena (1860) As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza que teem Brasão d'Armas.
- BONNET, Charles (1850) Algarve (Portugal): description géographique et géologique de cette province. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, vol.8, p. 186.
- CÂMARA, P. P. da (1850) Dicionário Geographico, Histórico, Político, e Litterário do reino de Portugal e seus Domínios.
- CAMPOS, C. (1970) Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal.
- CARDOSO, P. L. (1747) Dicionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve. Lisboa: Regia Offic. Silviana.
- CATARINO, Helena (1988) Escavações arqueológicas nos castelos de Salir e Paderne. In Actas do 5º Congresso do Algarve, Albufeira, 1988. Albufeira: Racal Clube, 1, p. 3538.

CATARINO, Helena (1992) Fortificações do período almóada no Sul de Portugal. In Seminário Architecturas de Terra. Conímbriga: Museu Monográfico de Conímbriga e Alliance Française de Coimbra, p. 1327.

CATARINO, Helena (1994) O Castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica. In Arqueologia Medieval. Porto/Mértola. 3, p. 7387.

CATARINO, Helena (1997) Castelos muçulmanos do Algarve Noventa Séculos entre a Serra e o Mar. In Castelos muçulmanos do Algarve Noventa Séculos entre a Serra e o Mar. Lisboa: IPPAR, p. 449457.

CATARINO, Helena (1997) O Algarve oriental durante a ocupação islâmica povoamento rural e recintos fortificados. In AIUlyã. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 6, 3 Vols.

CATARINO, Helena (1998) Fortificações da serra algarvia. In Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 207218.

CATARINO, Helena (2002) Fortificações do Período Islâmico e a defesa marítima e fluvial do Algarve Oriental. In O Mediterrâneo Ocidental. Identidade e Fronteiras.

CATARINO, Helena e INÁCIO, Isabel Maria Batista (2004) Vestígios do urbanismo islâmico no Castelo de Paderne: uma primeira abordagem. In Xelb.

CATARINO, Helena e INÁCIO, Isabel Maria Batista (2003, 2004, 2005) Castelo de Paderne Relatórios de Escavação (2002/2003, 2003/2004 e 2005).

CHANTRE, C. e CARVALHO, E. da R. (1997) Paróquia de Nossa Senhora de Esperança Paderne. Câmara Municipal de Albufeira, Albufeira.

CORREIA, Fernando M. R. Branco e VEIGA, M. C. R. de V. (1984) Paderne e Salir duas fortificações do Período Muçulmano. In Livro do II Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses.

CORREIA, Fernando M. R. Branco (1986) Fortificações muçulmanas no Algarve, estado da questão e perspectiva. In Actas do 4º Congresso do Algarve, Montechoro, 1986. Albufeira: Racal Clube, 1, 97102.

CORREIA, Fernando M. R. Branco (1998) Fortificações islâmicas do Gharb. In Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo.

COUTINHO, V. (1997) Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve.

CORREIA, Fernando M. R. Branco (1982) Considerações sobre testemunhos e técnicas arquitectónicas do período muçulmano em monumentos militares portugueses. In Livro do Iº Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses. Lisboa: Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura, p. 8387.

DIAS, Eduardo Rocha (1902) Notícias Archeológicas extrahidas do "Portugal antigo e moderno", de Pinho Leal, com algumas notas e indicações. In Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.

- DOMINGUES, José Domingos Garcia (1971) Ossónoba na época árabe. In Anais do Município de Faro. Faro. 3, p. 179229.
- GARCIA, J. C. (1986) A percepção do espaço numa corografia seiscentista do Reino do Algarve. In Revista da Faculdade de Letras. Lisboa. 6, 5ª série, p. 99117.
- GOMES, Rosa Varela (2002) Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al Andalus: território e cultura. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia; 23.
- GOMES, Rosa Varela (1998) O Barlavento Algarvio nos finais da islamização. In Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo.
- GOMES, Mário Varela, PAULO, Luís Campos, FERREIRA, Sónia Duarte (2003) Levantamento Arqueológico do Algarve – Concelho de Albufeira. Câmara Municipal de Albufeira.
- GOMES, Rosa Varela (1989) A arquitectura militar muçulmana. In História das Fortificações Portuguesas no mundo. Lisboa: Publicações Alfa, p. 2737
- GUERREIRO, M. V. e MAGALHÃES, J. R. (1983) Duas descrições do Algarve do século XVI. In Cadernos da Revista de História Económica e Social. Lisboa. n.º 3, p. 182.
- IRIA, Alberto (1988) O Algarve e os Descobrimentos, Vol. I.
- LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1873) Portugal Antigo e Moderno. Lisboa: Ed. Mattos Moreira, Vol. 1.
- LOPES, João Baptista da Silva (1841) Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve. Lisboa: Academia das Ciências, p. 512.
- MACHADO, José Pedro (1978) Crónica da Conquista do Algarve (texto de 1972). In Anais do Município de Faro.
- MAGALHÃES, Natércia (2002) O Legado Arquitectónico Islâmico no Algarve.
- MANUPPELLA, G.; et al. (2000) Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 27-A Vila Nova de Ourém. Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa.
- MARQUES, J. (1987) Os castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de Afonso III. In Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia.
- MARQUES, Maria da Graça Maia (1999) O Algarve da Antiguidade aos nossos dias: Elementos para a sua História.
- MARQUES DE FARIA, A. et al., coord. (1997) Noventa Séculos- entre a serra e o mar. Instituto Português do Património Arquitectónico.
- NOBRE, I. N. (1995) Albufeira Percursos de uma história secular. Junta de Freguesia de Albufeira, Albufeira.

- NOBRE, I. N. (1997) Património Histórico Monumental. Paderne. Câmara Municipal de Albufeira, Albufeira.
- OLIVEIRA, J.T., coord. (1984) Carta Geológica de Portugal, Escala 1/200 000. Serviço geológico de Portugal, Lisboa.
- PEREIRA, A. R. (2004) A faixa litoral. O Relevo de Portugal. Grandes Unidades Regionais. Coimbra: Associação Portuguesa de Geomorfólogos. p. 133-147.
- Quitério, P. (2006) Castelo de Paderne, Portugal: Intervenção na sua muralha almóada. Arquitectura construída en tierra, tradición e innovación. In Congresos de Arquitectura de Tierra en Cuenca de Campos 2004 / 2009.
- RAPOSO, Jorge (2016) Sítios Arqueológicos Portugueses Revisitados: 500 arqueossítios ou conjuntos em condições de fruição pública responsável. In Almadan.
- RAPOSO, Jorge (2001) Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal. In Almadan. Almada. 2ª série: 10, p. 100157. BA: 0006a.
- RODRIGUES, S. (2004) As Vias Romanas do Algarve. Faro: Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve / Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos (1971) Arqueologia Romana do Algarve: Subsídios. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, Vol. 1, p. 404;
- VASCONCELLOS, José de Leite de (1918) Pelo Sul de Portugal (Baixo Alentejo e Algarve). In O Arqueólogo Português. Lisboa. 1ª série: 23, p. 104-138.
- VEIGA, S. P. M. E. da (2006) Antiguidades Monumentais do Algarve. Tempos históricos. Vol. V. Silves: Câmara Municipal de Silves / Museu Nacional de Arqueologia.
- VIANA, A.; ZBYSZEWSKI, G. (1949) Contribuição para o estudo do Quaternário do Algarve. Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, tomo XXIX. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos. p. 199-250.
- VIANA, Abel (1955) Notas de corografia arqueológica. Brotéria. Lisboa. 61:23, p. 162-172.
- VV AA (1992) Carta Arqueológica de Portugal (concelhos de Portimão, Lagoa, Silves Albufeira, Loulé e São Brás de Alportel), Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

Cartografia

CMP (2006). Carta Militar de Portugal, folha 596, Algoz, escala 1:25.000, Serviços Cartográficos do Exército, Lisboa.

Planos

Plano Director Municipal de Albufeira.

Entidades

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC): Portal do Arqueólogo / Base de dados Endovélico <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>; Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação <http://www.patrimoniocultural.pt>.

DRC Algarve – Direção Regional de Cultura do Algarve.

Relatórios

HENRIQUES, Fernando, ANTÓNIO, Telmo, SANTOS, Cézer, CORTEZ, Hugo, CANINAS, João (2008) Relatório sobre o Factor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Expansão do Núcleo de Pedreiras da Quinta do Escarpão (Paderne, Albufeira). EMERITA Empresa Portuguesa de Arqueologia para Visa Consultores.

HENRIQUES, Fernando e CANINAS, João (2017) Relatório de Pesquisa Documental do Factor Património Cultural do Estudo de Apreciação Prévia do Projecto de Construção da Central Fotovoltaica de Paderne. EMERITA Empresa Portuguesa de Arqueologia para YME Gestão Ambiente e Engenharia Lda.

HENRIQUES, Fernando, MONTEIRO, Mário, PEREIRA, André, CARVALHO, Emanuel (2015) Relatório sobre o Factor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Ampliação da Pedreira Quinta do Escarpão (Paderne, Albufeira). EMERITA Empresa Portuguesa de Arqueologia para Visa Consultores.

Sítios da Internet

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC): Portal do Arqueólogo / Base de dados Endovélico <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>; Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação <http://www.patrimoniocultural.pt>

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano / Sistema Nacional de Informação Territorial / Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo (DGOTDU / SNIT) - www.dgotdu.pt (consulta on-line de PDM).

Google Earth – observação de Fotografia Aérea

Sistema de Informação sobre Património Arquitectónico (SIPA/DGPC): www.monumentos.pt

<http://www.infopedia.pt>

ANEXOS

Anexo 1. Metodologias

Situação de Referência

Âmbito da Situação de Referência (SR) do factor Património Cultural

Como universo de avaliação consideram-se achados (isolados ou dispersos), construções, conjuntos, sítios e indícios (toponímicos, topográficos ou de outro tipo), de natureza arqueológica, arquitectónica e etnográfica, independentemente do seu estatuto de protecção ou valor cultural, globalmente designados como *ocorrências*.

Como directiva metodológica segue-se o especificado na circular, emitida pela tutela em 10 de Setembro de 2004, sobre os “Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”.

Área de estudo do factor

Área de Estudo (AE): corresponde à localização da Central Fotovoltaica (CF), respectiva ligação eléctrica (LE) e zona envolvente tal como se definem seguidamente.

Área de incidência (AI): corresponde ao polígono de implantação da CF, em fase de Projecto de Execução (PE) e ao corredor de 100m de largura do PE da LTE. A AI é objecto de pesquisa documental e prospecção arqueológica sistemática. Como AI directa (AId) considera-se o conjunto de posições correspondentes à implantação de todas as infraestruturas do Projecto, incluindo as áreas funcionais da respectiva obra (acessos, estaleiros, áreas de depósito e áreas de empréstimo). A AI indirecta (AII) corresponde aos espaços situados entre as referidas implantações e o limite exterior da AI.

Zona de enquadramento (ZE): consiste em faixa envolvente da AI situada até, pelo menos, 1 km de distância do limite daquela área e do corredor da LE, sendo apenas objecto de pesquisa documental.

Modo de caracterização do factor

A SR do factor Património Cultural será caracterizada a partir de três acções principais: (1) pesquisa documental e institucional, prévia ao trabalho de campo, para identificação das ocorrências conhecidas na AE, as pré-existências; (2) prospecção de campo, para reconhecimento das pré-existências, visando a actualização da informação acerca do seu estado de conservação actual; (3) prospecção de campo para eliminação de lacunas de conhecimento e obtenção de novos conhecimentos acerca de ocorrências inéditas.

Como base de trabalho é utilizada cartografia militar à escala 1:25.000 e levantamentos topográficos da AI quando disponíveis. Para além destes recursos, a orientação no terreno e consequente georreferenciação de existências é executada com recurso a GPS.

As ocorrências serão caracterizadas em fichas individualizadas e representadas cartograficamente nas escalas e formas disponíveis, incluindo obrigatoriamente uma representação em carta militar à escala 1:25000. Para o efeito serão utilizados diferentes ícones, na forma, indicativa de diferentes tipologias (linhas e áreas, círculos, elipses, quadrados, triângulos e outros polígonos) e na cor, indicativa de diferentes cronologias.

As condições de eficácia da prospecção de campo serão documentadas num zonamento cartográfico que delimite zonas homogéneas em termos de visibilidade para a detecção de estruturas (positivas) acima do solo e materiais arqueológicos ao nível do solo. Consideram-se interditas, ou não prospectáveis, as parcelas de terreno que se apresentem vedadas e para as quais não se obtenha previamente autorização de entrada da parte dos respectivos proprietários ou seus representantes legais. Também se consideram interditas para prospecção os terrenos encharcadas, os de progressão inviável face à inclinação do terreno e densidade da ocupação vegetal e os que contenham searas com porte e densidade vegetal elevada.

Fontes de informação

As fontes de informação utilizadas consistiram em inventários de organismos públicos com tutela sobre o Património, nomeadamente da Direcção Geral do Património Cultural, através da base de dados de imóveis classificados, de imóveis em vias de classificação (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>), de sítios arqueológicos (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>) e do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (<http://www.monumentos.gov.pt>), em consulta *on line*, o plano director municipal, bibliografia sobre património cultural, cartografia militar, ortofotografia (Google Earth),

entidades e investigadores relevantes.

Avaliação de impactes ou incidências

Podem gerar incidência negativa (direta ou indirecta), sobre ocorrências de interesse cultural, todas as acções intrusivas no terreno, relacionadas com o funcionamento da obra e a execução do Projecto, consistindo em desmatação, revolvimento de solo e escavação, visando a criação de áreas funcionais (estaleiro, parqueamentos, depósitos de inertes), regularização do terreno para acessos, instalação de painéis, abertura de valas e valas ou fundações para colocação de ligações elétricas enterradas ou apoios no solo de linhas aéreas.

A caracterização dos impactes ou incidências tem em conta: (1) a natureza física das ocorrências de interesse cultural (nomeadamente, estruturas destacadas acima do solo e vestígios ao nível do solo); (2) o grau de incidência ou proximidade da acção impactante sobre a ocorrência de interesse cultural; (3) a intrusão do Projecto na envolvente espacial de imóveis de valor cultural relevante e respectivas áreas de protecção, com especial incidência na fase de exploração; (4) o valor cultural intrínseco da ocorrência sujeita a impacte. Esta avaliação é executada tendo por base o grau de proximidade ou a sobreposição do Projecto em relação às ocorrências de interesse cultural.

Parâmetros de caracterização de impactes ou incidências

Os parâmetros indicados podem ter grau indeterminado por insuficiência de informação acerca do projecto ou acerca da ocorrência cultural.

Parâmetro	Graus	Explicação
Fase	Construção Exploração Desactivação	Fases sequenciais de desenvolvimento do Projecto. No caso de pedreiras e minas entre a fase de construção (de infraestruturas) e a fase de exploração deve considerar-se um fase de Preparação, correspondente, por exemplo à descoberta da área de exploração a céu aberto.
Incidência	Directa Indirecta	A incidência, do projecto ou do processo da sua construção (caso de estaleiros, áreas de depósitos e áreas de empréstimo), é directa se incide directamente no espaço físico de uma ocorrência. A incidência é indirecta se o projecto comporta intrusão no espaço envolvente ou na zona de protecção de imóvel classificado ou de valor cultural mais elevado.
Tipo, Natureza ou Sinal	Negativo (-) Positivo (+)	Um impacte positivo ou benéfico decorre de uma acção que melhora o conhecimento ou o estado de conservação de uma ocorrência cultural. Um impacte negativo ou prejudicial traduz a destruição parcial ou total de uma ocorrência, a sua degradação, o ocultamento, ou uma intrusão na sua envolvente espacial.
Magnitude ou Intensidade	Elevada Média Baixa	A magnitude do impacte depende do grau de agressividade de cada uma das acções impactantes e da susceptibilidade das ocorrências afectadas. A magnitude é elevada se o impacte for directo e implicar uma destruição total da ocorrência. É média se implicar uma destruição parcial ou a afectação da sua envolvente próxima. A magnitude é reduzida se traduzir uma degradação menos acentuada ou uma intrusão na zona envolvente também com menor expressão volumétrica ou mais afastada da ocorrência.
Significância ou Importância	Elevada Média Reduzida	A significância do impacte depende da importância do recurso afectado, tendo em conta a respectiva expressão local, regional, nacional e internacional. A significância é elevada ou muito significativa se o impacte for directo e implicar uma destruição total de uma ocorrência de importância a nível internacional e nacional. É média ou significativa se implicar uma destruição parcial ou a afectação da sua envolvente próxima. A significância é reduzida ou pouco significativa se traduzir uma degradação de uma ocorrência relativamente bem representada no território nacional, de valor cultural reduzido, em avançado estado de degradação ou uma intrusão na zona envolvente também com menor expressão volumétrica ou mais afastada da ocorrência.

Duração ou Persistência	Temporária	A duração do impacte ou seja do efeito induzido pela acção impactante sobre a ocorrência cultural pode ser temporária ou permanente.
	Permanente	Embora muitas causas possam ser temporárias ou seus efeitos negativos têm, em geral, carácter permanente. Um efeito do tipo ocultamento que após a sua cessação não degrade o estado de conservação da ocorrência patrimonial pode considerar-se temporário.
Probabilidade ou Grau de certeza	Certo, Provável	O grau de certeza ou a probabilidade de ocorrência de impactes é determinado com base no conhecimento das características intrínsecas das acções impactantes, da sua localização espacial e do grau de proximidade em relação às ocorrências patrimoniais. A probabilidade é certa se a localização de uma parte de projecto coincide, parcial ou totalmente, de forma negativa com a posição de uma ocorrência cultural
	Pouco provável (ou Improvável)	
Reversibilidade	Reversível	O impacte é reversível se os respectivos efeitos se anulam a curto, médio ou longo prazo. É irreversível se esses efeitos permanecem por tempo indeterminado. Esta é a situação mais comuns dos impactes negativos neste factor.
	Irreversível	O efeito de ocultamento pode considerar-se reversível se após a sua cessação se verificar que não houve degradação do estado de conservação da ocorrência patrimonial.
Expressão Espacial	Local	O impacte é local se os respectivos efeitos possuem uma expressão apenas a nível local. É regional se esses efeitos se fazem sentir a uma escala regional. É nacional se esses efeitos possuem uma expressão espacial a nível nacional.
	Regional	
	Nacional	Os impactes neste factor têm em geral uma expressão local.
Desfasamento no tempo ou Instante em que se produz	Imediato	O instante em que se produz o impacte conhece-se observando o intervalo de tempo que decorre entre a acção que provoca o impacte e o impacte propriamente dito. Considera-se o impacte como imediato se ocorrer logo após a acção ou, a médio e longo prazo se existir um intervalo de tempo de menor ou maior duração entre a acção e o impacte.
	Médio Prazo	
	Longo Prazo	

Medidas de Minimização (conceitos gerais)

Medida	Fase	Definição
Ajustamento do Projecto	Projecto	Alteração da posição de partes do Projecto com o objectivo de anular um impacte negativo, certo ou previsível, sobre uma ocorrência.
Planta de condicionantes	Antes da construção	Inclusão das ocorrências de interesse cultural, identificadas na Situação de Referência, em planta de condicionantes, impondo restrição total à sua afectação, ocupação, atravessamento dos respectivo sítios ou obrigação de registo para memória futura.
Prospecção (arqueológica)	Construção, exploração	Prospecção das partes do Projecto ou áreas funcionais da exploração que se localizem fora das zonas prospectadas no decurso desta avaliação.
Escavações e sondagens arqueológicas	Construção, exploração	Execução de sondagens de diagnóstico e/ou escavações arqueológicas ou outros estudos destinadas a obter informação que permita determinar o estado de conservação, a funcionalidade e o interesse científico dos sítios e monumentos em causa. Os resultados dessas pesquisas aconselharão, ou não, a valorização dos respectivos sítios e a publicação dos resultados sob a forma de monografia.
Acompanhamento (arqueológico)	Construção	Observação, por arqueólogo, das operações que impliquem a remoção e o revolvimento de solo (desmatação e decapagens superficiais em acções de

		preparação ou regularização do terreno) e a escavação no solo e subsolo. Os resultados deste acompanhamento podem determinar a adopção de medidas de minimização específicas (registo, sondagens, escavações arqueológicas, etc). Os achados móveis efectuados no decurso desta medida deverão ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do património cultural.
Conservação	Construção, exploração	Conservação (mesmo que de forma passiva) das ocorrências imóveis identificadas no decurso deste estudo ou que sejam reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico devem, tendo em consideração o seu valor cultural. Esta medida pode concretizar-se na delimitação e sinalização de áreas de protecção às ocorrências a conservar.
Registo (documental)	Construção	Representação gráfica e fotográfica e elaboração de memória descritiva (para memória futura) das ocorrências de interesse cultural que possam ser destruídas em consequência da execução do projecto ou sofrer danos decorrentes da proximidade em relação à frente de exploração.
Sinalização	Construção	Sinalização das ocorrências de interesse cultural situadas nas proximidades das frentes de exploração, passíveis de afectação, mesmo que indirecta, na fase de construção. Pretende-se, desta forma, minorar ou evitar danos involuntários e garantir a conservação dessas ocorrências.
Valorização	Exploração	Medidas relacionadas com o estudo, a fruição pública (turístico-didáctica) e a conservação activa, <i>in situ</i> , das ocorrências de maior interesse cultural.
Vigilância	Exploração	Vigilância regular do estado de conservação dos elementos de maior interesse cultural identificados na AI do projecto. A execução desta medida compete ao dono-da-obra, com obrigatoriedade de comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados.
Monitorização	Exploração	Observação periódica do estado de conservação das principais ocorrências de interesse cultural situadas na AI do projecto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono-da-obra e obriga à apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico.

Anexo 2. Ocorrências identificadas na pesquisa documental

Nº de Referência A

Topónimo Quinta do Escarpão **Tipologia** Casa rural **Cronologia** Contemporâneo **Categoria** Arquitectónico e etnográfico **Estatuto (legal)** Não identificado **Valor cultural** Baixo **CMP Folha N.º** 605 **Fonte de Informação** Google Earth, CMP **Localização** Na AI da CF **Caracterização** Ruínas de edifício rural com reboco exterior e depósito de água associado.

Nº de Referência B

Topónimo Quinta do Escarpão **Tipologia** Muro **Cronologia** Contemporâneo **Categoria** Arquitectónico e etnográfico **Estatuto (legal)** Não Tem **Valor cultural** Baixo **CMP Folha N.º** 605 **Fonte de Informação** HENRIQUES et al., 2015; HENRIQUES et al., 2017 **Localização** Na ZE da CF **Caracterização** "Estrutura bem facetada, construída com blocos calcários semi-aparelhados (de maior dimensão nas laterais, interior colmatado com pedra miúda). Recurso à técnica de pedra seca. Troços melhor conservados atingem cerca de um metro de altura e 130 centímetros de largura. Terá sido cortado, a Norte, por abertura de estradão." (HENRIQUES et al., 2015)

Nº de Referência C

Topónimo Gruta ou Algueirão do Escarpão **Tipologia** Gruta **Cronologia** Neolítico **Categoria** Arqueológico **Estatuto (legal)** Inventário CNS 36800 **Valor cultural** Indeterminado **CMP Folha N.º** 596 **Fonte de Informação** DGPC (Endovélico); GOMES et al., 2003; OLIVEIRA, 1910 **Localização** Na ZE da CF **Caracterização** "Na propriedade conhecida por Quinta do Escarpão, perto da pedreira do Escarpão, encontram-se diversas cavidades subterrâneas, abertas nos calcários do Jurássico Superior, como a "caverna do Escarpão" referida por Ataíde de Oliveira (1910:138-139), mas que não teria vestígios de ocupação humana. Na década de 2000 foram descobertos materiais líticos, nomeadamente lascas e sub-produtos de talhe em sílex." (Base de dados Endovélico).

Nº de Referência D

Topónimo ou designação Cerro do Ouro **Tipologia** Atalaia **Cronologia** Idade Média **Categoria** Arqueológico/Arquitectónico **Estatuto (legal)** Inventário CNS 20709 **Valor cultural** Baixo **CMP Folha N.º** 596 **Fonte de Informação** DGPC (Endovélico); GOMES et al., 2003 **Localização** Na ZE da CF **Caracterização** "Restos de atalaia, conhecida localmente como vigia, actualmente sobreposta por construção moderna." (Base de dados Endovélico).

Nº de Referência E

Topónimo ou designação Castelo de Paderne **Tipologia** Castelo **Cronologia** Medieval Islâmico, Medieval Cristão e Moderno **Categoria** Arqueológico/Arquitectónico **Estatuto (legal)** Inventário CNS 3284 ZEP - Zona Especial de Protecção **Valor cultural** Elevado **CMP Folha N.º** 596 **Fonte de Informação** CMP; PDM Albufeira, 2007; DGPC; AMADO, 1997; GOMES, 1989; ARAÚJO et al., 1992; CATARINO, 1997; CATARINO, 1998); QUITÉRIO, 2006 **Localização** Na ZE da CF **Caracterização** "O Castelo de Paderne localiza-se no topo de um esporão rochoso na margem esquerda da ribeira de Quarteira, a cerca de 2 km para sul da vila de Paderne, numa paisagem mediterrânea de grande beleza natural, integrada na rede Natura 2000. Esta implantação dotava-o de um bom domínio visual sobre a ribeira de Quarteira e a ponte localizada a Sudeste, permitindo-lhe assumir um papel de destaque no controlo de vias estratégicas entre o Barrocal e o Litoral algarvio. Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no local, desde os anos oitenta do século XX, permitiram identificar estruturas fortificadas, edifícios habitacionais, uma igreja / ermida e um conjunto diversificado de materiais, cronologicamente enquadrados entre o século XII (período Medieval Islâmico - Almóada) e o século XVIII (período moderno). O castelo de Paderne apresenta uma morfologia trapezoidal, delimitando uma área de 3.250 m², com muralhas construídas em taipa e fundações em pedra calcária, dispostas em degraus que parecem acompanhar o declive natural do terreno. No início da plataforma de acesso ao castelo ergue-se a torre albarã, de planta quadrangular e 9,30 m de altura conservada. A ligação entre a torre e o castelo era originalmente em taipa, sendo o arco pétreo, atualmente visível, uma reconstrução da DGEM da década de 80 do século XX. Esta torre protegia a porta em cotovelo, virada a Sudeste, e o antigo caminho de acesso ao castelo. No exterior desta entrada localiza-se uma estrutura tipo barbacã, que reforçava a sua protecção. No espaço interior do castelo identifica-se um planeamento urbanístico de traçado ortogonal, com ruas estreitas, que formavam quarteirões, com casas quadrangulares, dispostas em torno de um pátio central, com paredes de taipa ou adobe, adossadas às muralhas e um complexo sistema de drenagem de águas residuais. As características arquitectónicas do castelo de Paderne e das estruturas domésticas do seu interior integram-se na tradição construtiva almóada (meados do século XII), tendo a designação árabe de hisn Batarda, correspondendo a uma fortificação rural que aglutina a função habitacional e defensiva do território. Em meados do século XIII, no reinado de D. Afonso III, o castelo de Paderne é definitivamente conquistado pelas tropas da Ordem de Santiago, comandadas por D. Paio Peres Correia, registando-se arqueologicamente várias evidências de destruição e abandono

nas estruturas militares e domésticas almôadas. No início do século XIV, o castelo de Paderne é doado por D. Dinis à Ordem de Avis, ocorrendo profundas alterações no plano urbanístico do interior do castelo, que se torna mais desordenado, com casas totalmente em pedra, afastadas das muralhas. A ermida da Nossa Senhora da Assunção localiza-se próximo da entrada do castelo, apresentando uma planta de morfologia retangular, com o altar orientado a nordeste e duas áreas de necrópole nas suas imediações. Esta ermida sobrepõe um edifício anterior, que terá correspondido à igreja edificada no século XIII, evidenciando a cristianização de um anterior espaço islâmico. A partir do século XV / XVI o castelo de Paderne perde a sua importância estratégica com a valorização dos territórios litorais, registando-se o abandono progressivo das suas estruturas militares e religiosas. (atualizado por C. Costeira, 19/04/18)." (Base de dados Endovélico).

Nº de Referência F

Topónimo ou designação Paderne **Tipologia** Ponte **Cronologia** Medieval Cristão **Categoria** Arqueológico/Arquitectónico **Estatuto (legal)** Inventário CNS 1285 **Valor cultural** Médio **CMP Folha N.º** 596 **Fonte de Informação** DGPC (Endovélico); ALMEIDA, 1947; ARAÚJO et al., 1992; RODRIGUES, 2004; VEIGA, 1891 **Localização** Na ZE da CF **Caracterização** "A ponte de Paderne localiza-se sobre a ribeira de Quarteira, próximo do castelo medieval islâmico de Paderne (CNS 3284). Esta ponte é constituída por três arcos de volta perfeita em alvenaria. O tabuleiro é retilíneo, tendo uma largura de 2 m. Esta ponte enquadra-se no período medieval, podendo relacionar-se com vestígios de um núcleo habitacional identificado nas imediações (atualizado por C. Costeira, 25/06/2018)." (DGPC, Endovélico)

Nº de Referência G

Topónimo ou designação Ponte de Paderne **Tipologia** Necrópole **Cronologia** Romano e Alta Idade Média **Categoria** Arqueológico **Estatuto (legal)** Inventário CNS 20708 **Valor cultural** Não determinado **CMP Folha N.º** 596 **Fonte de Informação** DGPC (Endovélico); SANTOS, 1972; GOMES et al., 2003; GOMES & GOMES, 1988 **Localização** Na ZE da CF **Caracterização** "Em local não determinado, mas próximo da Ponte Velha foi identificado um conjunto de sepulturas e um silo, escavados por Estácio da Veiga. Conservam-se no Museu Nacional de Arqueologia, duas garrafas, com duas asas, produzidas em cerâmica comum." (DGPC, Endovélico).

Nº de Referência H

Topónimo ou designação Centieira **Tipologia** Moinho de vento **Cronologia** Moderno-Contemporâneo **Categoria** Arqueológico/Arquitectónico **Estatuto (legal)** Não determinado **Valor cultural** Indeterminado **CMP Folha N.º** 596 **Fonte de Informação** CMP **Localização** Na ZE da CF **Caracterização** Moinho de vento em ruínas assinalado na cartografia.

Nº de Referência I

Topónimo ou designação Vila Verde **Tipologia** Vestígios de superfície **Cronologia** Época Romana e Idade Média **Categoria** Arqueológico **Estatuto (legal)** Inventário CNS 20731 **Valor cultural** Indeterminado **CMP Folha N.º** 605 **Fonte de Informação** DGPC (Endovélico) **Localização** Na AI da LTE **Caracterização** "Detectaram-se restos de construções e outros materiais arqueológicos, espalhados por vasta área. Entre aqueles encontram-se fragmentos de telhas com impressões digitadas, paralelas ou em ziguezague, fragmentos de talha, contendo a porção do bordo, e outra parte do fundo, assim como fragmentos pertencentes a púcaros e panelas, entre os quais um exemplar que fez parte de taça, com as superfícies esmaltadas de cor amarela. Identificou-se grande quantidade de escória. Este local é conhecido como a "antiga cidade de Vila Verde". Localiza-se numa encosta pouco acentuada, localizada de ambos os lados da EN 1285, sobranceira a pequenas linhas de água, que confluem na margem direita da ribeira de Santa Eulália, a 750 m nascente do v.g. Mosqueira e a 4 km, nordeste, de Albufeira." (Base de dados Endovélico).

Nº de Referência J

Topónimo ou designação Cerros Altos – Poço do Barnabé **Tipologia** Habitat **Cronologia** Época Romana **Categoria** Arqueológico **Estatuto (legal)** Inventário CNS 20733 **Valor cultural** Indeterminado **CMP Folha N.º** 605 **Fonte de Informação** DGPC (Endovélico) **Localização** Na AI da LTE **Caracterização** "Encontraram-se restos de escórias e materiais arqueológicos diversos, nomeadamente fragmentos de telhas, com decoração digitada, e de recipientes vários. Provém deste local árula votiva de calcário, dedicada por Peculiar ao deus Silvanus, datada do século II e recolhida por Estácio da Veiga junto ao poço do Barnabé. Mostra, na face lateral direita, representação de caprino e, na face oposta, de punhal. Mede 0,40 m de altura e 0,22 m de largura. Transcrição: S.S.D. / VOTVM / POSVIT / ARAM / PECYLIARIS. Situado a poente da EN1285 e a cerca de 600 m a noroeste da confluência daquela com a EN 526 a 4 km a nordeste de Albufeira." (Base de dados Endovélico). A distância indicada, 600 m a NO da confluência das duas estradas, que corresponde ao Poço do Barnabé, não coincide com a posição georreferenciada no Endovélico, situada algumas centenas de metros para NO daquele poço.

Nº de Referência L

Topónimo ou designação Cerros Altos **Tipologia** Vestígios diversos **Cronologia** Época Romana **Categoria** Arqueológico **Estatuto (legal)** Inventário CNS 2605 **Valor cultural** Indeterminado **CMP Folha N.º** 605 **Fonte de Informação** DGPC (Endovélico) **Localização** Na ZE da LTE **Caracterização** "Referência a vestígios de uma povoação e de uma forja e fundição e a uma ara com inscrição. Não são visíveis vestígios à superfície (prospecções do DA em 1992). A inscrição, encontrada por Estácio da Veiga, caracteriza-se por uma pequena ara em calcário, datável dos séculos II d.C. ou III d.C., com a seguinte inscrição votiva dedicada a Silvanus: S.S.D/VOTVM/POSVIT/ARAM/PECYLARIS S(ilvano) S(anncto) D(omestico) votum posuit aram Peculiaris. A face lateral direita apresenta a escultura de uma cabra e na esquerda um instrumento cortante que parece ser uma "secespita". Este sítio também é conhecido como Poço do Barnabé ou Ruínas dos Cerros Altos. Trata-se de um local entrecortado por diferentes linhas de água, afluentes da Ribeira de Santa Eulália. Zona situada a poente da E. N. 1285 e a cerca de 600m noroeste da confluência daquela com a E.N. 526, a 4 km nordeste de Albufeira." (Base de dados Endovélico).

Nº de Referência M

Topónimo ou designação Brejos **Tipologia** Vestígios de superfície **Cronologia** Mesolítico e Epipaleolítico **Categoria** Arqueológico **Estatuto (legal)** Inventário CNS 20734 **Valor cultural** Médio-elevado **CMP Folha N.º** 605 **Fonte de Informação** DGPC (Endovélico) **Localização** Na ZE da LTE **Caracterização** " Os vestígios de ocupação humana são constituídos por artefactos de pedra lascada, tanto por macro-utensílios talhados em quartzito, xisto silicioso e grauaque, como por lascas e lamelas, com pequenas dimensões, de quartzito e sílex. Também se recolheram percutores, moventes e elementos dormentes de mós. Fazem parte dos macro-utensílios, raspadores sobre seixo com talhe sub-vertical, remontante, em 3/4 da periferia, de tipo languedocense. Ainda se detectaram núcleos e abundantes restos de talhe, nas matérias-primas acima referidas. A poente da E.N. 1285, perto do poço do Barnabé e a sul da Quinta Verde, a cerca de 3 Km nordeste de Albufeira." (Base de dados Endovélico).

Nº de Referência N

Topónimo ou designação Mosqueira **Tipologia** Torre **Cronologia** Idade Média **Categoria** Arqueológico/Arquitectónico **Estatuto (legal)** Inventário CNS 20730 **Valor cultural** Médio **CMP Folha N.º** 605 **Fonte de Informação** DGPC (Endovélico) **Localização** Na ZE da LTE **Caracterização** "Construção cujos restos de paredes ainda eram visíveis há poucos anos, no local onde se ergue, actualmente, um depósito de água. A escritura de doação, datada de 1334, refere propriedade, pertença da Ordem de Avis, no lugar de Mosqueira, no Vale de Santa Eulália. A Mosqueira volta a ser mencionada em carta de aforamento de 1404. Junto ao v.g. Mosqueira e à EN 1285, a cerca de 3.5 km nordeste de Albufeira." (Base de dados Endovélico).

Nº de Referência O

Topónimo ou designação Cortesões **Tipologia** Habitat **Cronologia** Época Moderna **Categoria** Arqueológico **Estatuto (legal)** Inventário CNS 20729 **Valor cultural** Indeterminado **CMP Folha N.º** 605 **Fonte de Informação** DGPC (Endovélico) **Localização** Na ZE da LTE **Caracterização** "Numa elevação, com 96 m de altitude, próxima da ribeira do Vale Paraíso, a 500 m noroeste do v.g. Mosqueira. Fragmentos materiais de construção, nomeadamente telhas, de escória e de cerâmica, dos quais se destacam alguns vidrados, faiança esmaltada de cor branca com decoração a azul e alguidar esmaltado a branco, mas com pingos de cor verde." (Base de dados Endovélico).

Anexo 3. Ocorrências caracterizadas em trabalho de campo

LEGENDA

Projecto. Nº referência de inventário utilizada na cartografia, nos quadros e nas fichas de inventário. **Data** corresponde à data de observação. **Carta Militar de Portugal (CMP)** nº da folha na escala 1:25.000. **Altitude** obtida a partir da CMP, em metros (m). **Topónimo ou Designação** nome atribuído à ocorrência ou ao local onde se situa. **Categoria** distinção entre arqueológico, arquitetónico, etnológico, construído e outros atributos complementares (hidráulico, civil, militar, artístico, viário, mineiro, industrial, etc). **Tipologia** tipo funcional de ocorrência, monumento ou sítio, segundo o *thesaurus* do Endovelico. **Cronologia** indica-se o período cronológico, idade ou época correspondente à ocorrência. A aplicação do sinal “?” significa indeterminação na atribuição cronológica. A indicação de vários períodos cronológicos separados por “,” tem significado cumulativo. **Classificação** imóvel classificado ou outro tipo de protecção, decorrente de planos de ordenamento, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel. **Valor cultural** hierarquização do interesse patrimonial da ocorrência no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: **Elevado (5):** Imóvel classificado (monumento nacional, imóvel de interesse público) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio-elevado (4):** Imóvel classificado (valor concelhio) ou ocorrência (arqueológica, arquitectónica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (caraterísticas presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Médio (3), Médio-baixo (2), Baixo (1):** Aplica-se a ocorrências (de natureza arqueológica ou arquitetónica) em função do seu estado de conservação, antiguidade e valor científico, e a construções em função do seu arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local. **Nulo (0):** Atribuído a construção actual ou a ocorrência de interesse patrimonial totalmente destruída. **Indeterminado:** Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros factores impedem a observação da ocorrência (interior e exterior no caso das construções). **Posição v. Projeto** indicam-se as relações de proximidade em relação ao projecto: Al (área de incidência) ou ZE (zona envolvente). **Tipo de trabalho** atributo baseado no *thesaurus* do Endovelico, nomeadamente, reconhecimento ou prospecção. **Coordenadas Geográficas** coordenadas rectangulares; UTM datum ED50 ou WGS84 obtidas em campo com GPS; conversão para HAYFORD-GAUSS Militares-Lisboa (Lx) **Distrito. Concelho. Freguesia. Lugar** local habitado mais próximo. **Proprietário** identificação do(s) proprietário(s). **Uso do Solo, Ameaças e Estado de conservação** atributos baseado no *thesaurus* do Endovelico. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não foram recolhidos. **Acesso. Morfologia do terreno** indica a posição da ocorrência face à topografia do terreno (aforamento; encosta; cumeada; socalco; aluvião, terraço; planalto; planície; linha de água; escarpa; chã; vale; outros). **Visibilidade para estruturas e artefactos** indicam-se os seguintes graus de visibilidade para detecção de estruturas e artefactos, elevada, média, reduzida e nula. **Fontes de informação** bibliografia, cartografia, manuscritos, informação oral, instrumento de planeamento, base de dados ou de outro tipo. Também se indica a fonte de informação utilizada quando não tem origem na CMP por aproximação espacial. **Espólio recolhido** indicação do tipo e quantidade de achados arqueológicos móveis recolhidos durante o trabalho de campo. **Caraterização** da ocorrência em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões e registo fotográfico. **Responsáveis** nome do(s) arqueólogo(s) responsável(is) pela observação da ocorrência e elaboração da ficha de sítio.

Nº 1A Data Junho de 2019 **CMP** 605 **Altitude** 109 m **Topónimo ou Designação** Quinta do Escarpão **Categoria** Construído **Tipologia** Depósito **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não identificada **Valor** Baixo **Posição** Al da CF de Montechoro II **Tipo de trabalho** Prospecção **Coordenadas (UTM WGS84)** 557097,45 / 4122790,47 (**Datum Lisboa**) 180205,92 / 031572,14 **Concelho** Albufeira **Freguesia** Paderne **Lugar** Quinta do Escarpão **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção civil **Conservação** Regular **Acesso** Caminhos municipais, Estrada da Pedreira e Caminho do Escarpão **Morfologia** Elevação do terreno com inclinação suave **Visibilidade - estruturas** Elevada a média **Visibilidade - materiais** Elevada a média **Fonte** Desconhecida **Caracterização** Estrutura de forma quadrangular com cerca de 100 m², em cimento com pequenas divisórias no topo perceptíveis através de fotografia aérea e que se encontra suportada por vários pilares em cimento nos quais assenta **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico** (a estrutura figura no lado superior da ortofotografia)



Nº 2A Data Junho de 2019 **CMP** 605 **Altitude** 109 m **Topónimo ou Designação** Quinta do Escarpão **Categoria** Construído **Tipologia** Casa e Torre **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não identificada **Valor** Baixo **Posição** Al da CF de Montechoro II **Tipo de trabalho** Prospecção **Coordenadas (UTM WGS84)** 556890,90 / 4122730,20 (**Datum Lisboa**) 179998,75 / 031513,74 **Concelho** Albufeira **Freguesia** Paderne **Lugar** Quinta do Escarpão **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção civil **Conservação** Regular **Acesso** Caminhos municipais, Estrada da Pedreira e Caminho do Escarpão **Morfologia**

Elevação do terreno com inclinação suave **Visibilidade** - estruturas Elevada a média **Visibilidade** - materiais Elevada a média **Fonte** Desconhecida **Caracterização** Edificação em cimento de forma quadrangular com torre associada que deveria estar relacionada com a extração na pedra podendo funcionar como armazém **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico** (a estrutura figura no lado superior da anterior ortofotografia a ocidente da ocorrência anterior)



Nº 3I **Data** Julho de 2020 **CMP** 605 **Altitude** 91m **Topónimo ou Designação** Vila Verde **Categoria** Arqueológico **Tipologia** Vestígios de superfície **Cronologia** Época Romana e Idade Média **Classificação** Inventário CNS 20731 **Valor** Indeterminado **Posição** Al da LTE de Montechoro I e Montechoro II **Tipo de trabalho** Reconhecimento **Coordenadas** (UTM WGS84) 555529,17 / 4117783,65 (Datum Lisboa) 178591,21 / 026578,04 **Concelho** Albufeira **Freguesia** União de Freguesias de Albufeira e Olhos de Água **Lugar** Vila Verde **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Agrícola **Ameaças** Construção Civil **Conservação** Indeterminada **Acesso** Por caminhos rurais **Morfologia** Elevação de terreno suave **Visibilidade - estruturas** Elevada **Visibilidade - materiais** Elevada **Fonte** DGPC (Endovélico) **Caracterização** "Detectaram-se restos de construções e outros materiais arqueológicos, espalhados por vasta área. Entre aqueles encontram-se fragmentos de telhas com impressões digitadas, paralelas ou em ziguezague, fragmentos de talha, contendo a porção do bordo, e outra parte do fundo, assim como fragmentos pertencentes a púcaros e panelas, entre os quais um exemplar que fez parte de taça, com as superfícies esmaltadas de cor amarela. Identificou-se grande quantidade de escória. Este local é conhecido como a "antiga cidade de Vila Verde". Localiza-se numa encosta pouco acentuada, localizada de ambos os lados da EN 1285, sobranceira a pequenas linhas de água, que confluem na margem direita da ribeira de Santa Eulália, a 750 m nascente do v.g. Mosqueira e a 4 km, nordeste, de Albufeira." (Base de dados Endovélico). Apesar do intenso trabalho de lavra efetuado no local não se identificaram os vestígios mencionados na posição indicada pela fonte de informação. **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico**



Nº 4J **Data** Julho de 2020 **CMP** 605 **Altitude** 77m **Topónimo ou Designação** Cerros Altos – Poço do Barnabé **Categoria** Arqueológico **Tipologia** Habitat **Cronologia** Época Romana **Classificação** Inventário CNS 20733 **Valor** Indeterminado **Posição** Al da LTE de Montechoro I e Montechoro II **Tipo de trabalho** Reconhecimento **Coordenadas** (UTM WGS84) 555539,16 / 4116273,62 (Datum Lisboa) 178587,36 / 025067,41 **Concelho** Albufeira **Freguesia** União de Freguesias de Albufeira e Olhos de Água **Lugar** Cerros Altos-Poço de Barnabé **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Agrícola **Ameaças** Construção Civil **Conservação** Indeterminada **Acesso** Caminhos rurais **Morfologia** Planície **Visibilidade - estruturas** Reduzida **Visibilidade - materiais** Nula **Fonte** DGPC (Endovélico) **Caracterização** "Encontraram-se restos de escórias e materiais arqueológicos diversos, nomeadamente

fragmentos de telhas, com decoração digitada, e de recipientes vários. Provém deste local árula votiva de calcário, dedicada por Peculiar ao deus Silvanus, datada do século II e recolhida por Estácio da Veiga junto ao poço do Barnabé. Mostra, na face lateral direita, representação de caprino e, na face oposta, de punhal. Mede 0,40 m de altura e 0,22 m de largura. Transcrição: S.S.D. / VOTVM / POSVIT / ARAM / PECYLARIS. Situado a poente da EN1285 e a cerca de 600 m a noroeste da confluência daquela com a EN 526 a 4 km a nordeste de Albufeira." (Base de dados Endovélico). Na posição indicada pela fonte de informação a prospeção não permitiu reconhecer vestígios arqueológicos devido à densa vegetação herbácea que cobre toda a área. Pode haver erro na georreferenciação deste sítio. **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico**



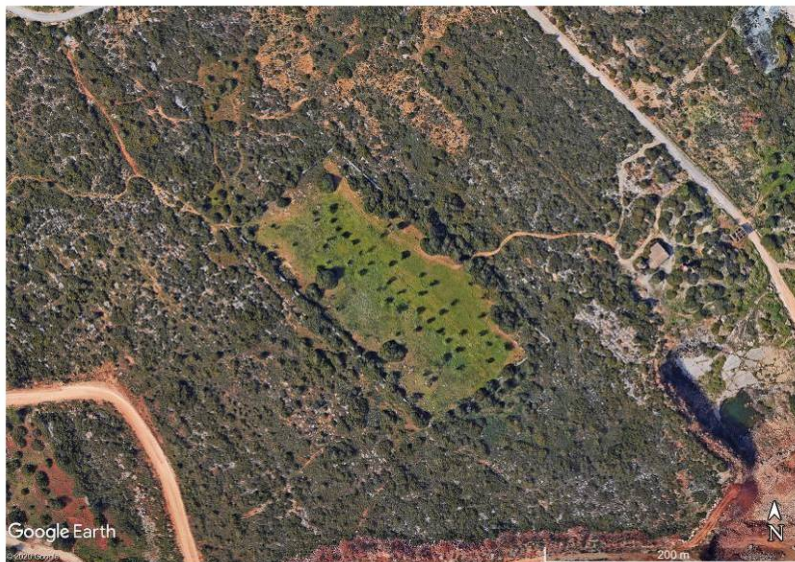
Nº 5 Data Julho de 2020 **CMP** 605 **Altitude** 97 m **Topónimo ou Designação** Quinta do Escarpão **Categoria** Arqueológico e Construído **Tipologia** Pedreira **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não identificada **Valor** Baixo **Posição** ZE da CF de Montechoro I e Montechoro II **Tipo de trabalho** Prospeção **Coordenadas (UTM WGS84)** 557111,26 / 4122499,63 (**Datum Lisboa**) 180217,07 / 031281,08 **Concelho** Albufeira **Freguesia** Paderne **Lugar** Quinta do Escarpão **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção civil **Conservação** Regular **Acesso** Caminhos municipais, Estrada da Pedreira e Caminho do Escarpão **Morfologia** Elevação do terreno com inclinação suave **Visibilidade - estruturas** Elevada a média **Visibilidade - materiais** Elevada a média **Fonte** Desconhecida **Caracterização** Antiga pedreira de extração de calcário com cerca de 8000m², situada no extremo SE do terreno, sendo visível em todo o redor da mesma um planalto carsificado e ao centro local com deposição de água **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico** (a pedreira figura na ortofotografia da oc. 1A)



Nº 6 Data Julho de 2020 **CMP** 605 **Altitude** 110 m **Topónimo ou Designação** Quinta do Escarpão **Categoria** Construído **Tipologia** Estruturas **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não identificada **Valor** Baixo **Posição** AI da CF de Montechoro II **Tipo de trabalho** Prospeção **Coordenadas (UTM WGS84)** 556882,86 / 4122681,45 (**Datum Lisboa**) 179990,26 / 031465,05 **Concelho** Albufeira **Freguesia** Paderne **Lugar** Quinta do Escarpão **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção civil **Conservação** Regular **Acesso** Caminhos municipais, Estrada da Pedreira e Caminho do Escarpão **Morfologia** Elevação do terreno com inclinação suave **Visibilidade - estruturas** Elevada a média **Visibilidade - materiais** Elevada a média **Fonte** Desconhecida **Caracterização** Estrutura de formato circular com cerca de 2m de diâmetro composta pela agregação de fiadas de pedras calcárias sobrepostas e de funcionalidade desconhecida. Ruínas de edifício rural com reboco exterior e depósito de água associado. **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico**



Nº 7 Data Julho de 2020 **CMP** 605 **Altitude** 112 m **Topónimo ou Designação** Quinta do Escarpão **Categoria** Construído **Tipologia** Tapada **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não identificada **Valor** Baixo **Posição** AI da CF de Montechoro II **Tipo de trabalho** Prospecção **Coordenadas (UTM WGS84)** 557433,40 / 4122590,28 (**Datum Lisboa**) 180540,14 / 031368,81 **Concelho** Albufeira **Freguesia** Paderne **Lugar** Quinta do Escarpão **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção civil **Conservação** Regular **Acesso** Caminhos municipais, Estrada da Pedreira e Caminho do Escarpão **Morfologia** Elevação do terreno com inclinação suave **Visibilidade - estruturas** Elevada a média **Visibilidade - materiais** Elevada a média **Fonte** Desconhecida **Caracterização** Estrutura murária com cerca de 600m de perímetro bem facetada, construída com blocos calcários semi-aparelhados (de maior dimensão nas laterais, interior colmatado com pedra miúda) que delimita uma ampla horta de planta retangular, com algumas árvores de fruto. A entrada no espaço é feita por um espaço enquadrado por o que seriam duas colunas calcárias rematadas por topo de forma piramidal. **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico** (delimitada na ortofotografia envolvendo pastagem)



Nº 8 Data Julho de 2020 **CMP** 605 **Altitude** 97 m **Topónimo ou Designação** Vale de Serves **Categoria** Construído **Tipologia** Silo **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não identificada **Valor** Baixo **Posição** ZE da LTE de Montechoro I e Montechoro II **Tipo de trabalho** Prospecção **Coordenadas (UTM WGS84)** 503118,07/ 4311649,40 (**Datum Lisboa**) 127972,42/ 221007,50 **Concelho** Albufeira **Freguesia** Ferreiras **Lugar** Vale de Serves **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção civil **Conservação** Regular **Acesso** Caminhos municipais **Morfologia** Elevação do terreno com inclinação suave **Visibilidade - estruturas** Elevada a média **Visibilidade - materiais** Elevada a média **Fonte** Desconhecida **Caracterização** Edificação em tijolo, caiada de branco, que deverá ter sido utilizada como espaço de armazenamento (silo). Apresenta marcas de fogo no interior. **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico**



Nº 9 Data Julho de 2020 **CMP** 605 **Altitude** 98m **Topónimo ou Designação** Vale de Serves **Categoria** Construído **Tipologia** Casal rural **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não identificada **Valor** Baixo **Posição** AI da LTE de Montechoro II e ZE da LTE de Montechoro I **Tipo de trabalho** Prospecção **Coordenadas (UTM WGS84)** 502723,57/ 4466597,60 **(Datum Lisboa)** 129076, / 48376025,37 **Concelho** Albufeira **Freguesia** Ferreiras **Lugar** Vale de Serves **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção civil **Conservação** Regular **Acesso** Caminhos municipais **Morfologia** Elevação do terreno com inclinação suave **Visibilidade - estruturas** Elevada a média **Visibilidade - materiais** Elevada a média **Fonte** Desconhecida **Caracterização** Pequeno casal rural com telhado de uma água e pequena edificação em anexo de aspeto mais recente. **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico**



Nº 10 Data Julho de 2020 **CMP** 605 **Altitude** 95m **Topónimo ou Designação** Vale de Serves **Categoria** Construído **Tipologia** Casal rural **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não identificada **Valor** Baixo **Posição** ZE da LTE de Montechoro I e Montechoro II **Tipo de trabalho** Prospecção **Coordenadas (UTM WGS84)** 523038,23 / 4273737,00 **(Datum Lisboa)** 147540,78 / 182890,47 **Concelho** Albufeira **Freguesia** Ferreiras **Lugar** Vale de Serves **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção civil **Conservação** Regular **Acesso** Caminhos municipais **Morfologia** Pequena elevação de Terreno **Visibilidade - estruturas** Elevada a média **Visibilidade - materiais** Elevada a média **Fonte** Desconhecida **Caracterização** Pequeno casal rústico em alvenaria de pedra caiado de branco, com uma invulgar lareira conservada no interior e uma cisterna associada e outros anexos associados à atividade agrícola **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico**





Nº 11 Data Julho de 2020 **CMP** 605 **Altitude** 90 m **Topónimo ou Designação** Torre da Mosqueira **Categoria** Construído **Tipologia** Poço **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não identificada **Valor** Baixo **Posição** Al da LTE de Montechoro I e Montechoro II **Tipo de trabalho** Prospecção **Coordenadas (UTM WGS84)** 544841,63 / 4421529,86 (**Datum Lisboa**) 170770,35/ 330528,67 **Concelho** Albufeira **Freguesia** Ferreiras **Lugar** Vale de Serves **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção civil **Conservação** Regular **Acesso** Caminhos municipais **Morfologia** Terreno com inclinação suave (vale) **Visibilidade - estruturas** Elevada a média **Visibilidade - materiais** Elevada a média **Fonte** Desconhecida **Caracterização** Poço em tijolo de pequena dimensão, já fora de utilização **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico**



Nº 12 Data Julho de 2020 **CMP** 605 **Altitude** 87 m **Topónimo ou Designação** Torre da Mosqueira **Categoria** Construído **Tipologia** Casal rural **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não identificada **Valor** Baixo **Posição** ZE da LTE de Montechoro I e Montechoro II **Tipo de trabalho** Reconhecimento **Coordenadas (UTM WGS84)** 533782,01/ 4586134,96 (**Datum Lisboa**) 161333,15 / 495301,59 **Concelho** Albufeira **Freguesia** Ferreiras **Lugar** Vale de Serves **Proprietários** Não especificados **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção civil **Conservação** Regular **Acesso** Caminhos municipais **Morfologia** Terreno com inclinação suave (vale) **Visibilidade - estruturas** Elevada a média **Visibilidade - materiais** Elevada a média **Fonte** Desconhecida **Caracterização** Pequeno casal rural com telhado de duas águas em alvenaria de pedra **Responsáveis** Ana Resende **Registo fotográfico**



Anexo 4. Zonamento da prospecção arqueológica

Delimitação de áreas homogêneas e diferenciadas em termos de visibilidade do solo e ocupação, com dimensão significativa à escala cartográfica utilizada, identificadas com letras e cartografadas com diferentes cores. No caso de existirem características heterogêneas de pequena dimensão a respectiva zona conexas deverá ser identificada como um mosaico com diferentes graus de visibilidade.

Parâmetros. **VE** = visibilidade para detecção de estruturas, acima do solo (elementos imóveis); **VA** = visibilidade para detecção de artefactos, ao nível do solo (elementos móveis). **Graus de visibilidade.** **Elevado** = ausência de vegetação (arbórea, arbustiva e herbácea) devido a incêndio, desmatamento ou lavra recente. Observa-se a totalidade (ou quase) da superfície do solo; **Médio** = a densidade da cobertura vegetal é mediana ou existem clareiras que permitem a observação de mais de 50% da superfície do solo; **Reduzido** = a densidade da vegetação impede a progressão e/ou a visualização de mais de 75% da superfície do solo; **Nulo** = zona artificializada, impermeabilizada ou oculta por se encontrar ocupada por construções, depósitos de materiais, pavimentos ou vegetação densa impedindo, desta forma, a progressão e a visualização do solo na totalidade da área considerada; **Caracterização.** Descrição da ocupação, das condições de visibilidade do solo e registo fotográfico.

Identificação, visibilidade e caracterização

Registo fotográfico

Zona A

VE Elevada

VM Elevada a Média

Caracterização Nas CF e LTE.

Coberto herbáceo rasteiro ou com sinais de lavra, identificando-se alguns afloramentos calcários superficiais e árvores de fruto.



Zona B

VE Reduzida

VM Reduzida a Nula

Caracterização Nas CF. Inculto com coberto herbáceo e arbustivo (predominantemente zambujo) muito denso, com afloramentos calcários, alguns de dimensão considerável. Apenas circulável com solo visível em trilhos e pequenas clareiras. Limites com muros de divisão de propriedade em pedra não afeiçoada.



Zona C

VE Média

VM Elevada a média

Caracterização Nas CF e LTE.

Matos rasteiros à base de carrasco e aroeira, coberto herbáceo seco e disperso, com ocorrências pontuais de alfarrobeira, figueira, oliveira, pinheiro bravo e pinheiro manso e afloramentos calcários.



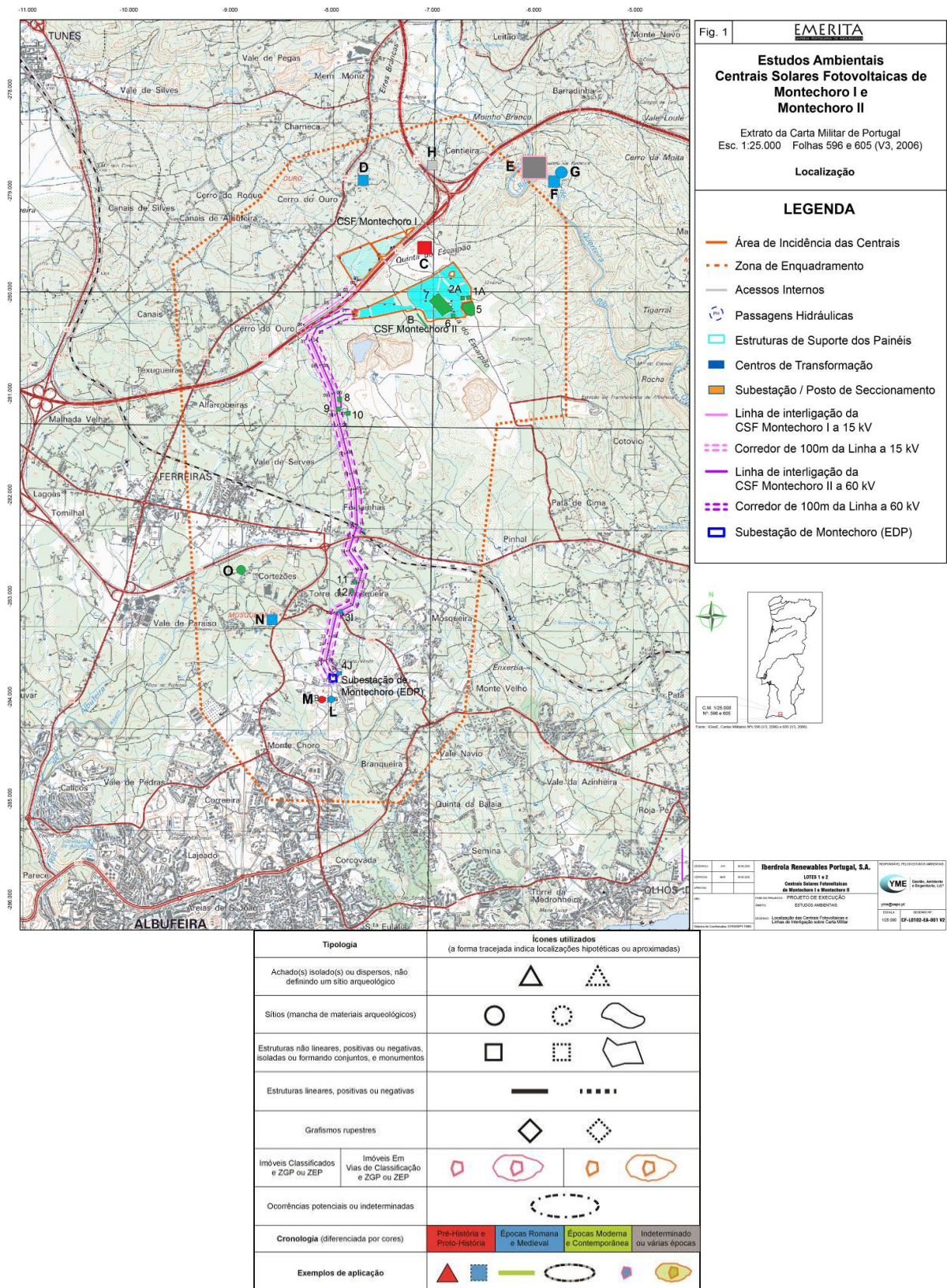


Figura 1. Localização do Projecto e das ocorrências de interesse cultural sobre extracto da Carta Militar de Portugal.

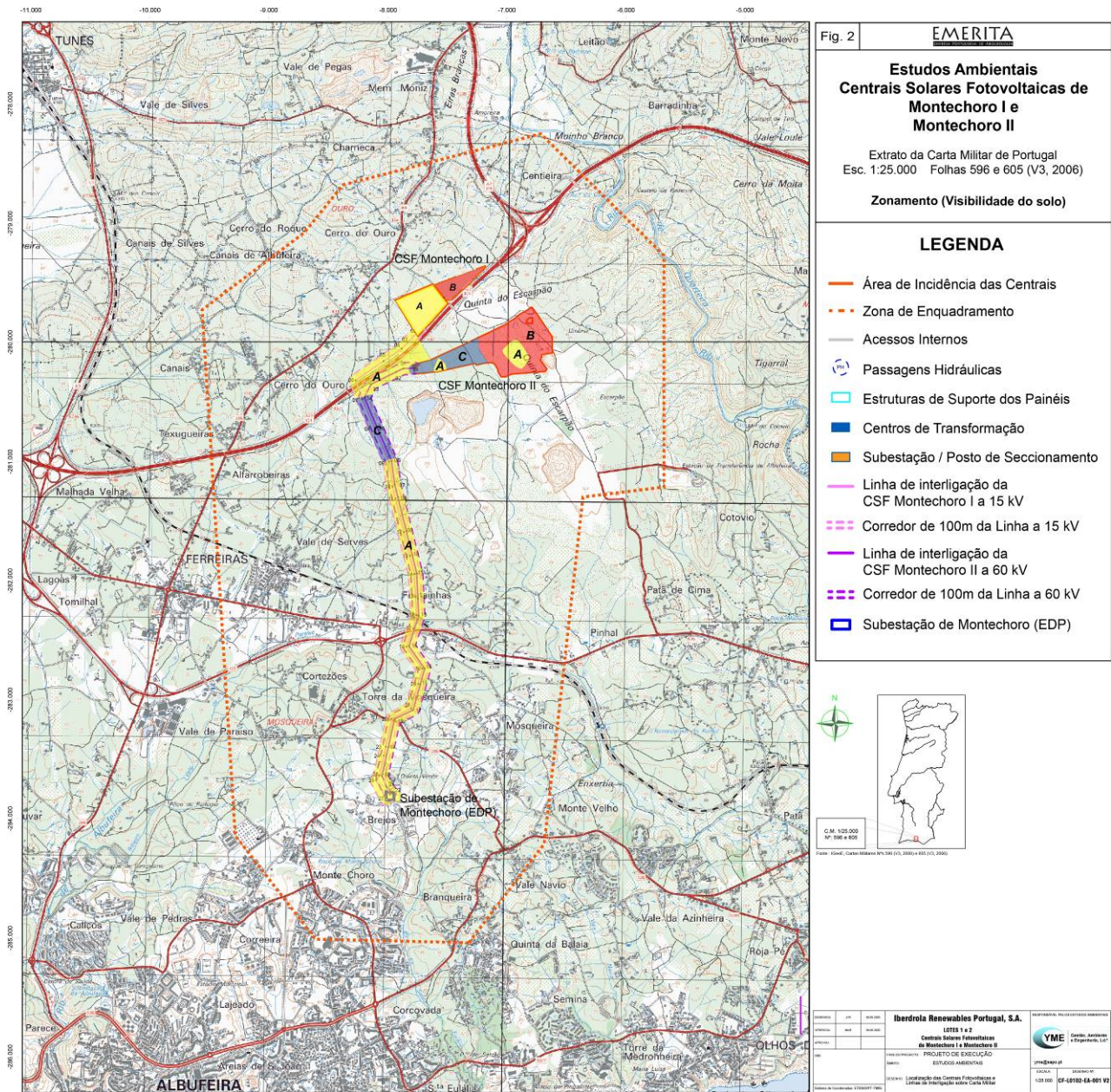


Figura 2. Zonamento da prospecção arqueológica sobre extracto da Carta Militar de Portugal (zonas A, B e C).